



## CÂMARA MUNICIPAL DE CARMO DO PARANAÍBA

Rua Pref. Ismael Furtado nº 335 - Centro

Site: [www.carmodoparanaiba.mg.leg.br](http://www.carmodoparanaiba.mg.leg.br)

Telefax: 0xx 34 3851-2150 / 3851-3366

CEP: 38.840-000 – Carmo do Paranaíba - MG

**PROPOSTA DE EMENDA SUBSTITUTIVA Nº 002 AO PROJETO DE LEI Nº 057/2015, DE AUTORIA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO, que “Dispõe sobre contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX, do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências”.**

A Câmara Municipal de Carmo do Paranaíba aprova:

**Art. 1º** Fica suprimido o inciso III do Art. 3º, ficando os demais incisos reordenados a partir do inciso IV que passa a ser o III e, assim, sucessivamente, conforme seguem:

**“III – à admissão de pessoal para cumprir carência na Administração Pública Municipal, obedecidos aos seguintes requisitos:**

**a) somente poderá haver contratação, nos termos desta Lei, se a carência possa provocar deficiência no serviço público;**

**b) a contratação somente vigorará até o preenchimento das vagas, através de concurso público;**

**c) não poderá ser feita contratação se for possível o suprimento da carência, através de remanejamento de pessoal dentro da própria administração.**

**IV – à admissão de pessoal indispensável para funcionamento dos Programas ou Projetos criados pelos Governos Federal, Estadual e/ou Municipal, bem como para os Programas ou Projetos transitórios criados pelo Município;**

**V – à execução de Convênios que venham a atender a satisfação do interesse público;**

**VI – à coleta de dados, realização de recenseamentos ou pesquisas;**

**VII – ao atendimento de outras situações de urgência definidas em lei ou regulamento.”**

**Art. 2º** Altera-se a redação do inciso VIII do art. 3º, já reordenado, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“VII – ao atendimento de outras situações de urgência definidas em lei.”**

**Art. 3º** Altera-se a redação do art. 4º que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 4º O recrutamento de pessoal a ser contratado deverá ser feito através de processo seletivo simplificado, de comprovação de experiência do profissional e/ou análise curricular.”**

**Art. 4º** Alteram-se as redações dos incisos I e II do art. 5º que passam a vigorar com as seguintes redações:

**I – seis meses, nos casos previstos nos incisos I, II e VI, do art. 3º desta Lei;**

**II – um ano, nos casos previstos nos incisos III, IV, V, VI e VII, do art. 3º desta Lei.”**

**Art. 5º** Altera-se a redação do parágrafo único do art. 5º que passam a vigorar com a seguinte redação:

**“Parágrafo único. É admitida a prorrogação dos contratos temporário, podendo o Chefe do Poder Executivo, desde que amplamente justificado, autorizar a dilação dos prazos dos incisos I e II pelo prazo de cento e vinte dias.”**

**Art. 6º** Altera-se o art. 10, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 10. As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado nos termos desta Lei serão apuradas mediante sindicância, concluídas no prazo de trinta dias e assegurada ampla defesa e contraditório.”**



**CÂMARA MUNICIPAL DE CARMO DO PARANAÍBA**

Rua Pref. Ismael Furtado nº 335 - Centro

Site: [www.carmodoparanaiba.mg.leg.br](http://www.carmodoparanaiba.mg.leg.br)

Telefax: 0xx 34 3851-2150 / 3851-3366

**CEP: 38.840-000 – Carmo do Paranaíba - MG**

**Art. 7º** Fica suprimido o inciso II do Art. 12, ficando os demais incisos reordenados a partir do inciso III que passa a ser o II e, assim, sucessivamente, conforme seguem:

*“Art. 12. Ocorrerá a rescisão contratual:*

*I – a pedido do contratado;*

*II – pela extinção ou conclusão do programa, projeto ou convênio;*

*III – quando o contratado incorrer em falta disciplinar;*

*IV – pelo término do prazo contratual;*

*V – quando a nomeação de aprovados em concurso público para os cargos do pessoal contratado.”*

**Art. 8º** Altera-se a redação do Parágrafo único do art. 12 que passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Parágrafo único. A extinção do contrato pela Administração Pública será comunicada com antecedência mínima de trinta dias”.*

**Art. 9º** Esta emenda, se aprovada em plenário, será parte integrante do Projeto de Lei nº 057/2015.

Sala das Sessões, 23 de Novembro de 2016.

**AUTORIA: PAULO SOARES MOREIRA**  
- VEREADOR / PSDB -

**JUSTIFICATIVA:** Atender o disposto no parecer jurídico ofertado pelo Consultor Legislativo/Advogado da Câmara Municipal, apensado ao referido projeto.